

UEA
UNIVERSIDADE
DO ESTADO DO
AMAZONAS



**ESCOLA DE
DIREITO**

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS



EQUIDADE:

**REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DA
UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS**

UEA
EDIÇÕES

editora
UEA

GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Roberto Cidade
Governador Interino

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS

Prof. Dr. André Luiz Nunes Zogahib
Reitor

Profa. Dra. Kátia do Nascimento Couceiro
Vice-Reitor

Prof. Dr. Fábio Carmo Plácido Santos
Pró-Reitor de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Monica Dias de Araújo
Pró-Reitora de interiorização

Profa. Dr. Roberto Sanches Mubarak Sobrinho
Pró-Reitor de pesquisa e pós-graduação

Profa. Dra. Samantha Coelho Pinheiro
Pró-Reitora de Planejamento

Prof. Dr. Valber Barbosa Martins
**Pró-Reitor de Extensão e Assuntos
Comunitários**

Prof. Dr. Nilson José de Oliveira Junior
Pró-Reitor de Administração

Profa. Dra. Isolda Prado
Diretora da Editora UEA

Profa. Dra. Glaucia Maria de Araújo Ribeiro
**Coordenação do Programa de
Pós-Graduação *Stricto sensu* em Direito
Ambiental**

EQUIDADE:

**Revista Eletrônica de Direito da
Universidade do Estado do Amazonas**

Prof. Dr. Ricardo Tavares de Albuquerque, UEA
Coordenação do curso de Direito

Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Profª. Dra. Patrícia Fortes Attademo Ferreira -UEA
Prof. Dr. Ricardo Tavares, UEA
Editores Chefe

Profª. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. MSc. Helder Brandão Góes, UEA
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Editores Assistentes

Prof. Dr. Celso Antonio Pacheco Fiorillo, PUCSP
Profª. Dr. Danielle de Ouro Mamed, UFMS
Prof. Dr. Antonio Carlos Morato, USP
Profª. Dra. Tereza Cristina S. B. Thibau, UFMG
Prof. Dr. Sandro Nahmias Melo, UEA
Prof. Dr. Cássio André Borges dos Santos, UEA

Conselho Editorial

Profª. Dr. Lidiane Nascimento Leão, UFOPA
Prof. Msc. Assis da Costa Oliveira, UFPA
Prof. Dr. Nirson da Silva Medeiros Neto, UFOPA
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profª Ma. Roberta Priscila de Araújo Lima, UEA
Esp. Alcemir Filomeno Pinto, UEA
Msc. Edinaldo Inocência Ferreira Junior, UEA
Esp. Glenda Martins Monteconrado, UEA
Esp. Maíza Thayná Pereira Ribeiro, UEA
Esp. Renato Gomes de Sá Leitão, UEA
Esp. Sheila N. de Paula e Silva Oliveira, UEA
Bruna Maria da Silva Mota, UEA

Comitê Científico

Prof. Dr. Daniel Gaio - UFMG/MG
Prof. Dr. Paulo Victor Vieira da Rocha, UEA
Prof. Dr. Alcian Pereira de Souza, UEA
Prof. Dr. Erivaldo Cavalcanti e Silva Filho, UEA
Profa. Msc. Monique de Souza Arruda
Prof. Esp. Átila de Oliveira Souto, UEA
Profa. Dra. Adriana Almeida Lima, UEA
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva, UEA
Prof. Dr. Neuton Alves de Lim, UEA

Avaliadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar, UEA
Primeira revisão e revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

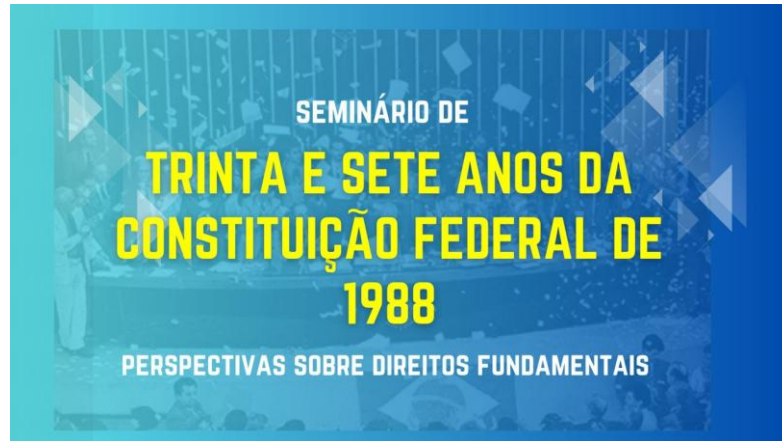


**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Organizadores

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Profa. Esp. Ana Vilma Santana Munhoz
Profa. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Adv. Katrine Castro Sarmiento
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Comissão científica do evento

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



**Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais**

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima	Ana Clara Sarmento Cabral
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar	Andria da Costa Pereira
Profa. Dra. Glaucia Maria Ribeiro de Araújo	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte	Elias Nunes Pereira
Profa. MSc. Raimunda Albuquerque de Oliveira	Elis Helena Castro Medeiros
Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Emilly Victória Batista do Santos
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Profa. Esp. BiancaCaelli Barreto Rodrigues	João Victor Osvaldo Souza
Profa. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	Letícia de Lira Gomes
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Marcelo Damasceno Rodrigues
Katrine Castro Sarmento	Nilvana Linhares Fernandes
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Nycolas Matos Carvalho
	Pedro Luís da Silva Teles
	Rafael Mousinho do Amaral
	Rebeca de Lima Nogueira
	Karine Galvão Lima

Comissão Organizadora

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa
Comissão de Formatadores

Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Prof. Dr. Ygor Felipe Távora da Silva
Prof. Dr. Bianor Saraiva Nogueira Júnior
Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima
Prof. MSc. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Avaliadores

Profa. Esp. Alzira Melo Costa	Bruna Maria da Silva Mota
Profa. Ana Vilma Santana Munhoz	Elis Helena Castro Medeiros
Prof. Esp. Bianka Caelli Barreto Rodrigues	Emilly Victória Batista do Santos Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Prof. Esp. Daniele Serra Pinto Goulart	João Victor Osvaldo Souza
Prof. MSc. Helder Brandão Góes	Lucas Gabriel Pessoa de Aragão
Adv. Katrine Castro Sarmento	Marcelo Damasceno Rodrigues
Profa. MSc. Lucia Helena Santana Ferreira	Nilvana Linhares Fernandes Nycolas Matos Carvalho
Profa. MSc. Roberta Priscila de Araújo Lima	Pedro Luís da Silva Teles Rafael Mousinho do Amaral
Ana Clara Sarmento Cabral	Rebeca de Lima Nogueira
Andria da Costa Pereira	Karine Galvão Lima

Comissão de revisores - Primeira revisão

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Esp. Roberta Priscila de Araújo Lima
Heitor Lucas Rodrigues Pontes
Bruna Maria da Silva Mota
Prof. Esp. Helder Brandão Góes
Profa. Esp. Alzira Melo Costa

Comissão de revisores - Revisão final

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Os artigos publicados, bem como as opiniões neles emitidas são de inteira responsabilidade de seus autores.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da Universidade do Amazonas

R454

LIMA, Neuton Alves de Lima; AGUIAR, Denison Melo de Aguiar; ARAÚJO, Gláucia Maria Ribeiro de; NORTE, Naira Neila Batista de Oliveira Norte. Anais do Seminário 37 anos da Constituição Federal de 1988: perspectivas sobre Direitos Fundamentais. **Equidade**: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas/ Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Amazonas. Vol. 1. Nº 1. (2026). Manaus: Curso de Direito, 2026.

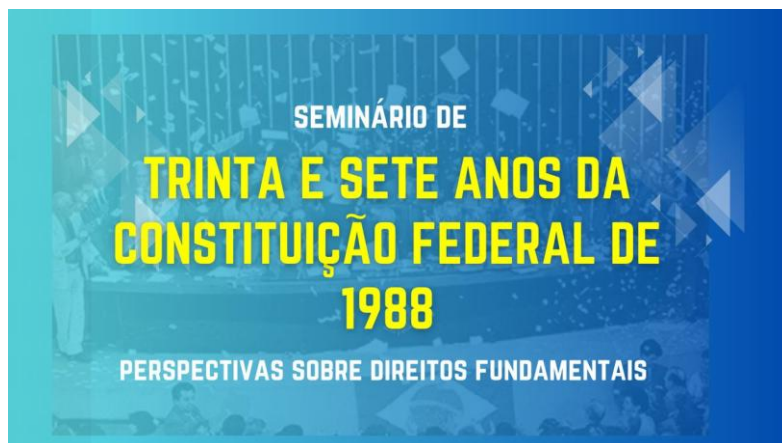
Anais

1. Direito – Periódicos. 2. Direitos Fundamentais – Periódicos.

Título.

CDU 349.6

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**



APRESENTAÇÃO

A presente publicação é um volume da Equidade: Revista Eletrônica de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, vinculada ao Curso de Direito da Universidade do Estado do Amazonas, e reúne os Anais do Seminário 37 Anos da Constituição Federal de 1988: Perspectivas sobre Direitos Fundamentais, realizado em Manaus no ano de 2025.

O evento teve como objetivo promover a análise crítica e interdisciplinar dos Direitos Fundamentais consagrados na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, considerando os avanços normativos, os desafios estruturais e as tensões sociais que permeiam sua efetivação no contexto brasileiro contemporâneo. A Constituição de 1988, marco jurídico da redemocratização nacional, permanece como referência normativa central na consolidação do Estado Democrático de Direito no Brasil, sendo objeto de contínua interpretação, aplicação e contestação.

Os trabalhos apresentados e compilados neste volume abordam temáticas constitucionais, com ênfase nas especificidades da região amazônica. A abordagem adotada privilegia o rigor metodológico, o pluralismo teórico e a relevância social das discussões, reafirmando o papel da universidade pública como espaço de produção de conhecimento comprometido com a transformação democrática.

A publicação dos Anais visa contribuir para o aprofundamento das pesquisas jurídicas e para o fortalecimento do debate acadêmico sobre os direitos fundamentais, oferecendo subsídios para a formulação de políticas públicas e para a atuação crítica dos operadores do direito, em especial quando se trata da Amazônia, pensada por amazônidas e/ou erradicados nela. Espera-se que este volume constitua referência para futuros estudos e iniciativas voltadas à promoção da justiça, da equidade e da sustentabilidade.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

A Constituição Federal de 1988 instituiu um novo paradigma jurídico no Brasil, assentado na centralidade dos direitos fundamentais e na afirmação do Estado Democrático e social de Direito. Esse marco normativo não apenas reorganizou as estruturas institucionais, como também redefiniu os contornos da cidadania, ampliando o espectro de proteção jurídica aos indivíduos e coletividades. A positivação de direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais consolidou um modelo constitucional abrangente, cuja efetividade permanece como desafio constante diante das desigualdades estruturais do país.

A análise dos direitos fundamentais sob a ótica da Constituição de 1988 exige a consideração de múltiplas dimensões: normativas, políticas, históricas e sociais. A interpretação constitucional, nesse contexto, não se limita à literalidade dos dispositivos, mas demanda uma hermenêutica comprometida com a promoção da dignidade humana, da justiça social e da inclusão. A atuação dos tribunais superiores, especialmente do Supremo Tribunal Federal, tem desempenhado papel relevante na concretização desses direitos, embora também suscite debates sobre ativismo judicial e limites da jurisdição constitucional.

No campo dos direitos sociais, observa-se que a Constituição de 1988 estabeleceu garantias importantes, como o direito à saúde, à educação, ao trabalho e à previdência social. Contudo, a realização plena desses direitos depende de políticas públicas eficazes, financiamento adequado e gestão democrática. A tensão entre o texto constitucional e a realidade empírica revela a necessidade de fortalecimento institucional e de participação cidadã como mecanismos de controle e exigibilidade dos direitos previstos.

A perspectiva regional, especialmente no contexto amazônico, impõe a consideração de especificidades culturais, ambientais e socioeconômicas que influenciam diretamente a aplicação dos direitos fundamentais. A proteção dos povos indígenas, das comunidades tradicionais e do meio ambiente assume relevância estratégica, não apenas pela riqueza biológica da região, mas também pela complexidade das relações entre desenvolvimento, sustentabilidade e justiça social. A Constituição de 1988 oferece instrumentos normativos para essa proteção, cuja efetividade requer compromisso político e jurídico contínuo.

Por fim, a celebração dos 37 anos da Constituição Federal de 1988 constitui oportunidade para reavaliar os avanços obtidos e os obstáculos persistentes na consolidação

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

dos direitos fundamentais. A produção acadêmica, como a que se apresenta neste volume, contribui para o aprofundamento crítico das questões constitucionais e para o fortalecimento da cultura jurídica democrática. A reflexão sobre os direitos fundamentais, nesse sentido, não se encerra no plano teórico, mas se projeta como prática transformadora voltada à construção de uma sociedade mais equitativa e plural.

Boa leitura.

Manaus, 01 de fevereiro de 2026.

Os Organizadores,

Prof. Dr. Neuton Alves de Lima
Prof. Pós-Dr. Denison Melo de Aguiar
Profa. Dra. Glauca Maria Ribeiro de Araújo
Profa. Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

**FRONTEIRAS SOCIAIS E ACESSO À JUSTIÇA NO AMAZONAS:
VULNERABILIDADES E MEDIDAS DE SUPERAÇÃO**

SOCIAL BOUNDARIES AND ACCESS TO JUSTICE IN AMAZONAS:

VULNERABILITIES AND OVERCOMING MEASURES

Naira Neila Batista de Oliveira Norte¹

Gustavo Vilar Chagas²

Denison Melo de Aguiar³

Neuton Alves de Lima⁴

Flávio Humberto Pascarelli Lopes⁵

1. INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é direito fundamental previsto na Constituição da República

¹Universidade do Estado do Amazonas, Doutora em Ciências pela Universidade de São Paulo - FEA-USP (2022). Doutoranda em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG (2025). Mestre em Direito Ambiental pela Universidade do Estado do Amazonas - UEA (2007). Especialista em Direito Processual pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais - PUC Minas (2016). Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM (1996). Juíza de Direito Titular da 13ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho do Tribunal de Justiça do Amazonas - TJAM. Juíza Membro do Núcleo de Justiça 4.0 - Acidentário do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. – e-mail: nairanorte@gmail.com Currículo: <http://lattes.cnpq.br/5167853522261560>

²Universidade do Estado do Amazonas, Graduando do 8º período de Direito pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) – e-mail: gvilarchagas@gmail.com

³Denison Melo de Aguiar. Pós-doutor em Direito pela UniSalento (Itália-2025). Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em Direito Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbiC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA). Contato: denisonaguiarx@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9956374214863816>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5903-4203>

⁴Professor da Escola de Direito da UEA e dos Programa de Mestrado em Direito Ambiental e em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos. Doutor em Direito pela UFMG. Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos pela UEA. Coordenador da Clínica de Estudos Constitucionais - CEC/UEA. Contato: nalima@uea.edu.br.

⁵ Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Contato: fpascarellilopes@icloud.com

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Federativa do Brasil e condição indispensável à efetividade dos demais direitos. Entretanto, no Amazonas, as distâncias geográficas e as desigualdades sociais agravam as dificuldades de concretização desse direito. Nesse sentido, o presente trabalho analisa o acesso à justiça no estado como garantia ligada à dignidade humana, enfatizando as fronteiras sociais que limitam sua existência. Em suma, o objeto concentra-se nas populações vulneráveis das regiões periféricas, destacando medidas voltadas à superação dessas barreiras.

2. JUSTIFICATIVA

A relevância do trabalho manifesta-se em três dimensões complementares. No campo acadêmico, fortalece o estudo de Direito da Amazônia, ao estimular a reflexão crítica sobre o acesso à justiça em contextos regionais específicos.

Em termos científicos, contribui para a produção de conhecimento na Amazônia, oferecendo bases teóricas e empíricas que subsidiam novas pesquisas sobre os impactos geográficos, culturais e tecnológicos na efetivação dos direitos fundamentais.

Por fim, sob a ótica social, destaca-se por propor medidas de superação das barreiras que afetam populações vulneráveis, indígenas, ribeirinhos e moradores de áreas remotas, reafirmando a importância da inclusão e da dignidade humana no exercício pleno da cidadania.

3. OBJETIVOS

3.1 OBJETIVO GERAL

Analisar os obstáculos enfrentados pelas populações vulneráveis em regiões periféricas do Amazonas no exercício do direito fundamental de acesso à justiça, bem como identificar medidas capazes de promover a superação dessas barreiras para assegurar a inclusão social e a efetividade da tutela jurisdicional.

3.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Descrever as dificuldades geográficas, socioeconômicas e culturais que limitam o acesso à justiça no contexto amazônico; examinar as políticas públicas e iniciativas institucionais voltadas à ampliação do acesso à justiça para populações vulneráveis; e avaliar a eficácia das medidas de superação, considerando seus impactos na inclusão social e na efetividade da tutela jurisdicional.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

4. PROBLEMA E HIPÓTESE

O problema central deste trabalho pode ser formulado da seguinte maneira: quais são as dificuldades enfrentadas pelas populações vulneráveis do interior do Amazonas para acessar a justiça?

Trata-se de uma unidade federativa de dimensões continentais e grande diversidade étnico-cultural, mas cujo desenvolvimento desigual resultou na exclusão de comunidades inteiras, que foram condenadas à invisibilidade social, sem voz ativa e sem estrutura adequada para efetivar direitos garantidos pela legislação nacional.

As demandas por justiça social, portanto, não podem ser tratadas de forma genérica, mas devem considerar a realidade específica dessas localidades. Ilustrativamente, Nogueira e Jacob (2024, p. 303) apontam que, em algumas regiões, a prática de atos processuais é inviável devido ao acesso exclusivamente fluvial, à falta de transporte regular e às longas viagens sujeitas a fatores naturais. Essa exclusão se agrava com a precariedade tecnológica, que mantém muitos cidadãos como “excluídos digitais” consoante ao disposto no art. 1º, I da Recomendação nº 101 de 12/07/2021 do Conselho Nacional de Justiça (Brasil, 2021). Assim, a ausência de condições reais compromete a inclusão social e a efetividade da tutela jurisdicional.

Diante desse cenário, a hipótese é que, embora persistam barreiras estruturais, socioeconômicas e tecnológicas, iniciativas como o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual, a justiça itinerante e o uso de inteligência artificial pelo TJAM (Amazonas, 2024) podem reduzir essas limitações, desde que articuladas a políticas públicas inclusivas e respeitadas às especificidades culturais das comunidades amazônicas.

5. METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, voltada à compreensão dos obstáculos enfrentados pelas populações vulneráveis no Amazonas para o exercício do acesso à justiça. Busca-se, assim, não apenas identificar os fatores limitadores, mas também interpretar o significado e os impactos sociais, culturais e institucionais dessas barreiras, bem como analisar medidas voltadas à sua superação.

A investigação fundamenta-se em fontes bibliográficas e documentais, como artigos e produções acadêmicas contemporâneas que analisam o contexto amazônico.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Além disso, foram consultados documentos oficiais e institucionais, como recomendações e dados do Conselho Nacional de Justiça, bem como registros do Tribunal de Justiça do Amazonas.

A análise foi desenvolvida por meio da interpretação de significados e contextos, utilizando-se principalmente a análise de conteúdo, com identificação de categorias relacionadas às barreiras de acesso à justiça (geográficas, socioeconômicas, culturais e tecnológicas).

Ademais, aplicou-se a análise temática, permitindo o agrupamento das informações em torno de eixos recorrentes, como exclusão digital, iniciativas de inclusão social e práticas institucionais voltadas à justiça itinerante e ao uso de novas tecnologias.

6. RESULTADOS

Os resultados da pesquisa evidenciam que a extensão territorial, o isolamento fluvial e a precariedade tecnológica ainda constituem fatores determinantes de exclusão, dificultando o acesso à justiça e contribuindo para a formação dos chamados “excluídos digitais”.

Nesse contexto, foram identificadas iniciativas do Tribunal de Justiça do Amazonas, como o Juízo 100% Digital, o Balcão Virtual e a justiça itinerante, que procuram aproximar o Judiciário das populações em regiões remotas.

Por último, observou-se, ainda, que, diante da alta litigiosidade registrada pelo CNJ em 2023 no relatório Justiça em Números (Brasil, 2024), a implementação da inteligência artificial Arandu vem contribuindo para maior celeridade e uniformidade nas decisões do TJAM, demonstrando avanços institucionais no enfrentamento das barreiras de acesso à justiça.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da realidade amazonense, o acesso à justiça precisa superar múltiplas barreiras para sustentar-se como direito fundamental. Como afirma Sadek (2009 *apud* Corrêa, 2021, p. 144), “não há possibilidade de inclusão social efetiva se não houver condições plenas de acesso à justiça, já que sem o direito de recorrer à justiça, todos os demais direitos não possuirão efetividade.”.

Conclui-se que a efetivação do acesso à justiça exige uma resposta multifacetada.

**Anais do Seminário de Trinta e Sete Anos da Constituição Federal de 1988:
Perspectivas Sobre Direitos Fundamentais
Artigo científico**

Por isso, somente com esse compromisso contínuo será possível transformar o direito de acesso à justiça em realidade efetiva para as populações vulneráveis do Amazonas.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. **Núcleo de Inteligência Artificial do Poder Judiciário lança nova funcionalidade para a recém-criada ferramenta de IA “Arandu”**. TJAM, 06 fev. 2024. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/10541-nucleo-de-inteligencia-artificial-do-poder-judiciario-lanca-nova-funcionalidade-para-a-recem-criada-ferramenta-de-ia-arandu>. Acesso em: 19 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Justiça em Números 2024: ano-base 2023**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2025/04/justica-em-numeros-2024.pdf> Acesso em: 18 set. 2025.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Recomendação n.º 101 de 12/07/2021**. Recomenda aos tribunais brasileiros a adoção de medidas específicas para o fim de garantir o acesso à Justiça aos excluídos digitais. Brasília, 2021. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/4036>. Acesso em: 18 set. 2025.

CORRÊA, Igo Zany Nunes; AULER, Rafael Raposo da Câmara; PONTES FILHO, Raimundo Pereira. **Acesso à justiça por meio da mediação comunitária como fator de emancipação social no contexto do acesso à justiça nos interiores do Amazonas**. Revista Científica do UniRios, Bahia, v. 15, n. 30, p. 135-159, maio de 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.unirios.edu.br/index.php/revistarios/article/view/67>. Acesso em: 18 set. 2025.

JACOB, J. P. R.; NOGUEIRA, B. M. **Acesso à justiça em áreas remotas no Amazonas: a cooperação institucional entre o poder judiciário e a administração pública para a prática de atos de comunicação processual**. Revista da AJURIS - Qualis A2, [S. l.], v. 51, n. 157, p. 295–318, 2025. Disponível em: <https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/1520>. Acesso em: 18 set. 2025.

PALAVRAS-CHAVE: Direitos fundamentais; Acesso à justiça; Fronteiras; Amazonas.

KEY WORDS: *Fundamental rights; Access to justice; Boundaries; Amazonas.*